

"O emaranhado das leis brasileiras" ^{As Const}

6 AGO 1986
por Elton Simonetti
de Brasília

GAZETA MERCANTIL

"A atual Constituição Brasileira é uma colcha de retalhos costurada em casa." "O Brasil tem um emaranhado de leis, que não são feitas para serem obedecidas, já que é impossível conhecê-las". Estas são as opiniões de duas altas fontes da Justiça brasileira, consultadas por este jornal. O problema do excesso de leis e da desorganização do acervo legislativo brasileiro repercute diretamente na Justiça, repleta de processos decorrentes da falta de clareza, "que faz com que o cidadão não perceba claramente seus direitos".

Uma das fontes consultadas por este jornal fez uma comparação do problema brasileiro com a legislação americana: "Nos Estados Unidos, a legislação federal é sumária, os estados têm muitas atribuições e a Suprema Corte pode julgar seletivamente. No Brasil, os estados não legislam sobre nada que tenha importância, e todo o acervo legislativo é produzido em Brasília, daí, direito federal é tudo, e chegam ao Supremo Tribunal Federal (STF) questões pequenas e específicas dos lugares mais distantes". A consequência disso, segundo ele, é que a infra-estrutura judicial brasileira tem de aumentar a cada momento, e os ministros do STF são chamados a todo instante para esclarecer interpretação e forma de aplicação de leis pouco claras e excessivas.

As causas da má qualidade da legislação brasileira, elaborada pelo Congresso Nacional, foram buscadas pelas fontes: a incompetência dos candidatos, eleitos em um processo eleitoral em que o poder econômico é decisivo, a qualidade deficiente do ensino jurídico, o fato de o Congresso ser "um órgão político, e não uma academia de ciências", e a falta de organização do acervo legislativo. Quanto a este último ponto, houve uma tentativa, no início da década de 70, de se fazer uma consolidação obrigatória de todas as leis do País, "mas não deu em nada, porque o País é preguiçoso e não quer mudar". A autoridade, que trabalhou na tentativa de aprovação da proposta, lembra que, nos Estados Unidos, todas as leis federais são agrupadas pela natureza do assunto de que tratam. "No Brasil, como as leis estão espalhadas, não só é impossível obedecer a elas, mas também fica sem sentido o dispositivo utilizado em todas as leis que determina que sejam revogadas todas as disposições em contrário."

Nos últimos meses, ocorreram exemplos de má qualidade ou da pouca clareza da produção legislativa do Congresso Nacional. O último deles foi a Legislação Eleitoral, que, aprovada na Câmara e no Senado depois de muita discussão e sancionada pelo presidente da República, foi alterada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que

acrescentou dispositivo contrariando a vontade dos políticos. O próprio autor da proposta, deputado Afrton Soares, admitiu, na ocasião, "que a pressa talvez tenha sido responsável pela falta de clareza do texto da lei, que deu margem à mudança". A questão da constitucionalidade do empréstimo compulsório decretado pelo presidente Sarney no último mês também demonstra a confusão existente na própria Constituição. No texto constitucional, o empréstimo compulsório aparece duas vezes, adjetivado de formas diferentes: como "especial" e como "excepcional". A própria Justiça, que até agora vinha julgando inconstitucionais os empréstimos compulsórios cobrados no mesmo ano em que são instituídos, curvou-se aos argumentos apresentados pelo consultor geral da República, Saulo Ramos, e seus mais importantes representantes afirmaram a este jornal que, definitivamente, a cobrança do empréstimo decretado pelo governo é constitucional.

No Congresso, funciona uma assessoria legislativa, com 75 especialistas em diferentes áreas, como Direito, Economia, Saúde, Estatística, Pedagogia e Arquitetura e Urbanismo. Eles atendem a solicitações dos parlamentares para a elaboração de projetos, pareceres e pronunciamentos.

O diretor da Assessoria Legislativa da Câmara, Antonio Neuber Ribas, explicou a este jornal que a função do departamento é dar ajuda técnica ao parlamentar, não só em termos de texto, mas também informando sobre outros projetos que tramitam no Congresso.

Ele afirma, no entanto, que "a assessoria não pode ser responsabilizada por falhas em projetos apresentados, pois a utilização de seus trabalhos não é obrigatória e o aspecto político é muito importante para o parlamentar".

De qualquer forma, para a Constituinte, existe um projeto de criação de mais quarenta cargos na assessoria, que deve ficar sobrecarregada. A impressão das autoridades da Justiça consultadas por este jornal é de que, quando os parlamentares forem trabalhar na elaboração da nova Constituição, devem preocupar-se com a clareza e organização, "pois vão partir do nada". Hoje, "ninguém se preocupa em trabalhar de forma organizada sobre o caos".